



RELATÓRIO ANUAL

2017

SUMÁRIO

DADOS CADASTRAIS.....	3
ABERTURA.....	4
MENSAGEM DO PRESIDENTE.....	5
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	7
BALANÇO PATRIMONIAL.....	10
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS E PERDAS.....	12
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	13
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO.....	14
NOTAS EXPLICATIVAS.....	15
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	32
PARECER DA AUDITORIA EXTERNA.....	33

DADOS CADASTRAIS

Denominação Social: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Ceres e Rialma Ltda.

Nome Comercial: Sicoob Credicer

Endereço: Avenida Brasil, nº 703-B, Quadra 18 B, Lote 18 B – Centro

Cidade: Ceres-GO CEP: 76.300-000

Fone/Fax: (62) 3307-4200

Site: www.sicoobcredicer.com.br

Inscrição no CNPJ/MF: 09.576.849/0001-82

Autorização de Funcionamento /BACEN: 2008/3624

Registro na Junta Comercial (JUCEG): 524.0001147.9 EM 27/05/2008

Inscrição Municipal: 6.370/08

Inscrição Estadual.....Isento

Conselho de Administração

(Gestão: 2017 á 2021)

José Maurício de Oliveira.....Presidente
Geraldo Moreira Reis.....Vice-Presidente
Marcos Camargo Cardoso.....Diretor Administrativo
Washington Luís Pereira Barreto.....Diretor Operacional
Angêlo Andrey Pina Santana.....Conselheiro
Antônio Dias Silva Junior.....Conselheiro
Cleuber Marcos de Oliveira.....Conselheiro
David Diniz Campos.....Conselheiro
Joaquim Caldeira de Moura.....Conselheiro
Jonas Borges.....Conselheiro
Marlúcio Scalabrini da Silva Filho.....Conselheiro

Conselho Fiscal

(Gestão 2017 á 2020)

Efetivos

Bruno Cezar
Valdivino Cordeiro de Andrade
Vanderlei da Costa

Suplentes

Alex Alencar de Oliveira
Amarildo José da Silva
Osvaldo Augusto Monteiro Junior

ABERTURA

Senhores(as) Associados(as),

Em atendimento às regras legais e estatutárias bem como às disposições específicas, o Conselho de Administração do SICOOB CREDICER, apresenta a todos os cooperados para conhecimento e avaliação, os Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas referente ao exercício 2017, encerrado no dia 31 de dezembro.

Com as informações aqui prestadas, o Sicoob Credicer disponibiliza a todos, os números e registros contábeis.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Ser representante de todos os cooperados do SICOOB CREDICER é um grande prazer, faço com carinho e tenho o maior orgulho em poder prestar os meus conhecimentos e trabalho, sempre com toda a dedicação, transparência, comprometimento, respeito, ética, solidariedade e responsabilidade.

Busca constante de dias melhores aos nossos cooperados com rapidez, equilíbrio, credibilidade, atenção, sustentabilidade, gerando emprego, renda e compartilhando resultados.

Nesses nove anos de SICOOB CREDICER, houve muita dedicação de todos, comissão de criação, início dos trabalhos em maio de 2006, confecção do projeto, busca de capital e sócios (cooperados), eleição do conselho de administração e fiscal, contratação de colaboradores e diretores, instalação física e operacional.

- ▼ Iniciamos nossas atividades em 25 de agosto de 2008, com um Patrimônio Líquido de R\$ 676.218,00 e hoje em dezembro de 2017, alcançamos um montante total de R\$ 12.871.803,18;
- ▼ Nossos depósitos em 2008 (média/dia agosto a dezembro), foi de R\$ 876.924,00 e em 31 de dezembro de 2017, chegamos a R\$ 35.003.033,24;
- ▼ Todo esse crescimento é advindo dos negócios realizados e a credibilidade da nossa cooperativa de crédito SICOOB CREDICER, perante aos nossos associados;
- ▼ A sequência de resultados positivos e conseqüentemente a distribuição de sobras, nos credencia com certeza a afirmar que estamos, sim, contribuindo com a evolução sócio econômica financeira da nossa região de atuação.

Em 2017, intensificamos os nossos trabalhos para atender as metas estabelecidas em nosso plano de atividades, assim sendo:

- ▼ Ampliamos a área física, com a construção de salas para arquivo, controle interno, tesouraria, plataforma de serviços, contabilidade, gerência, autoatendimento, banheiro feminino, diretoria e para reuniões. Reformamos toda a agência, adequando-a para melhor atender nossos cooperados;
- ▼ Substituímos todo o mobiliário, com sala de espera, cadeiras confortáveis, sistema de senha com TV integrada, a qual repassa informações importantes (data, hora, últimas notícias da UOL, dados do sistema SICOOB e cotações do agronegócio);
- ▼ O sistema de TI, foi todo readequado e adquirimos novas máquinas (computadores);
- ▼ Com um trabalho louvável da comissão formada pelos senhores: Deusmiro Vieira Cunha, Jair Moreira Alves, João Batista Pereira, Pe. José Adeenes Ribeiro, Leandro Teixeira de Mello, Paulo Roberto da Costa e Perlei Magela Júnior, além do apoio do conselho, colaboradores do SICOOB CREDICER e outros companheiros de Hidrolina, criamos o nosso primeiro Ponto de Atendimento, que já está atendendo as necessidades financeiras dos nossos cooperados.

A participação do SICOOB CREDICER, no conselho do SICOOB GOIÁS CENTRAL, tem aproximado cada dia mais os nossos laços cooperativos: treinamentos, participação nas decisões, implantamos nova metodologia de rateio das despesas da central entre as singulares com cálculos mais justos e com

isso obtivemos uma redução de despesas mensais, para nossa cooperativa. Maior visibilidade entre as Singulares, Central, Confederação BANCOOB e BANCO CENTRAL.

O nosso sistema SICOOB é a maior instituição financeira cooperativa do Brasil e a quinta em pontos de atendimento do sistema financeiro nacional, está presente em todos os estados da confederação.

O meu reconhecimento a todos do Conselho de Administração da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, nossos colaboradores e a todos os cooperados por tudo que fizeram e que fazem pelo engrandecimento da nossa instituição financeira cooperativa.

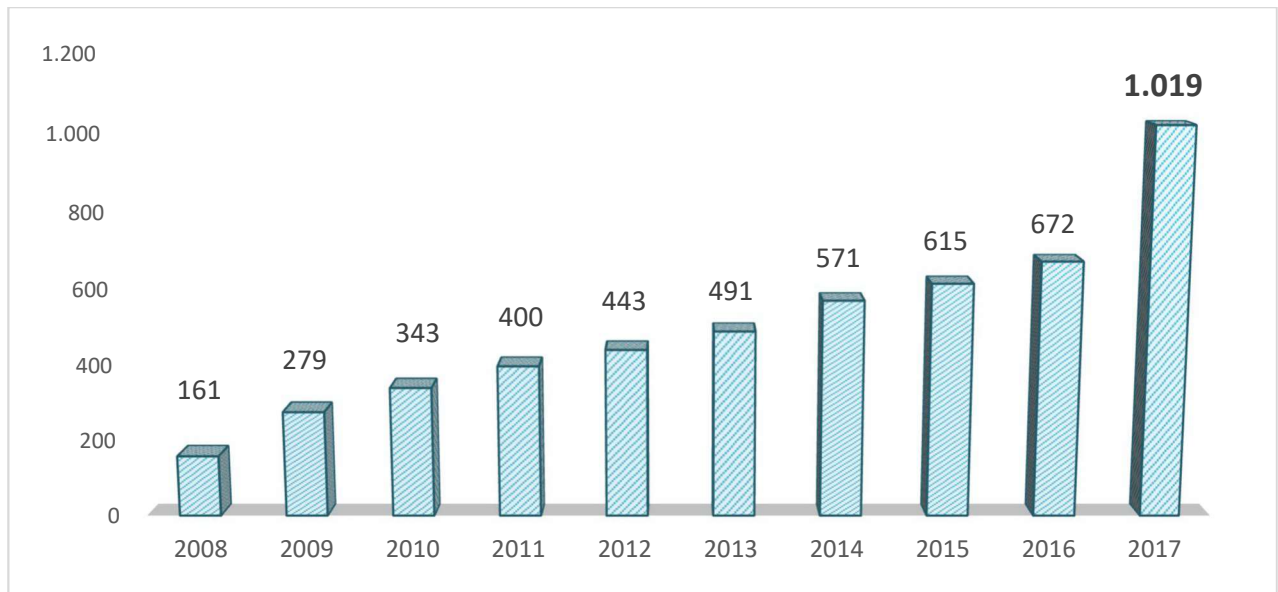
Que Deus nos dê força, saúde e sabedoria para bem conduzirmos a nossa SICOOB CREDICER.

JOSÉ MAURÍCIO DE OLIVEIRA
PRESIDENTE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

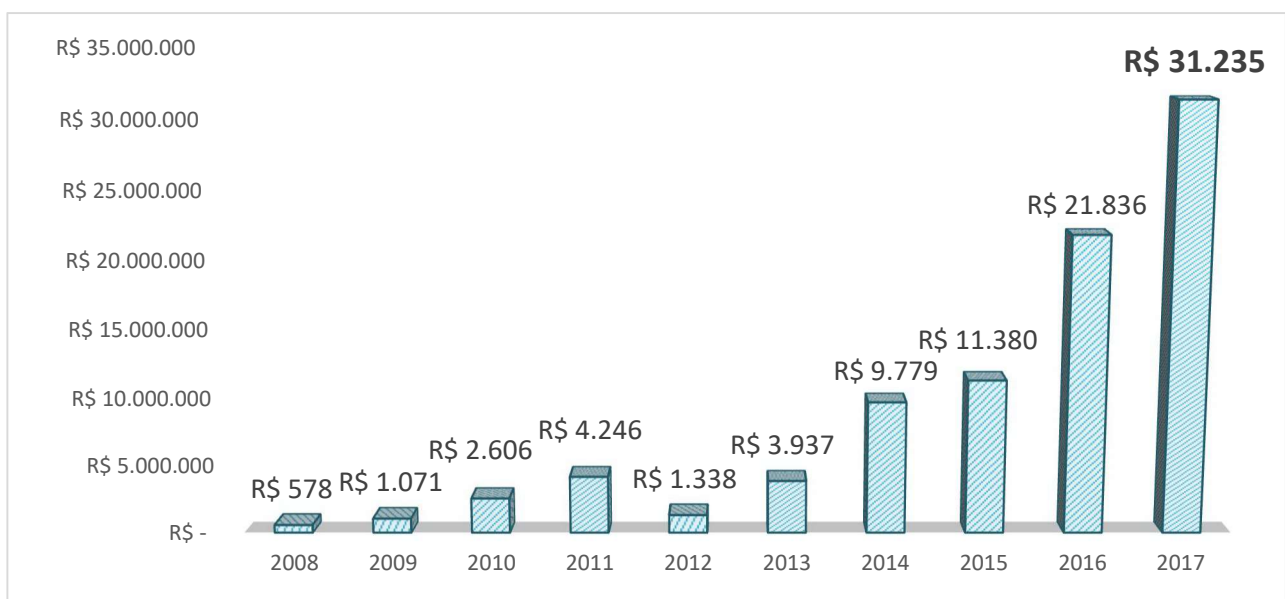
QUADRO SOCIAL

O SICOOB CREDICER demonstrando uma forte tendência de crescimento, finalizou o ano de 2017 com um total de 1.019 associados ativos, solidificando um acréscimo de 51,64% em relação ao mesmo período do exercício anterior.



APLICAÇÃO DE RECURSOS

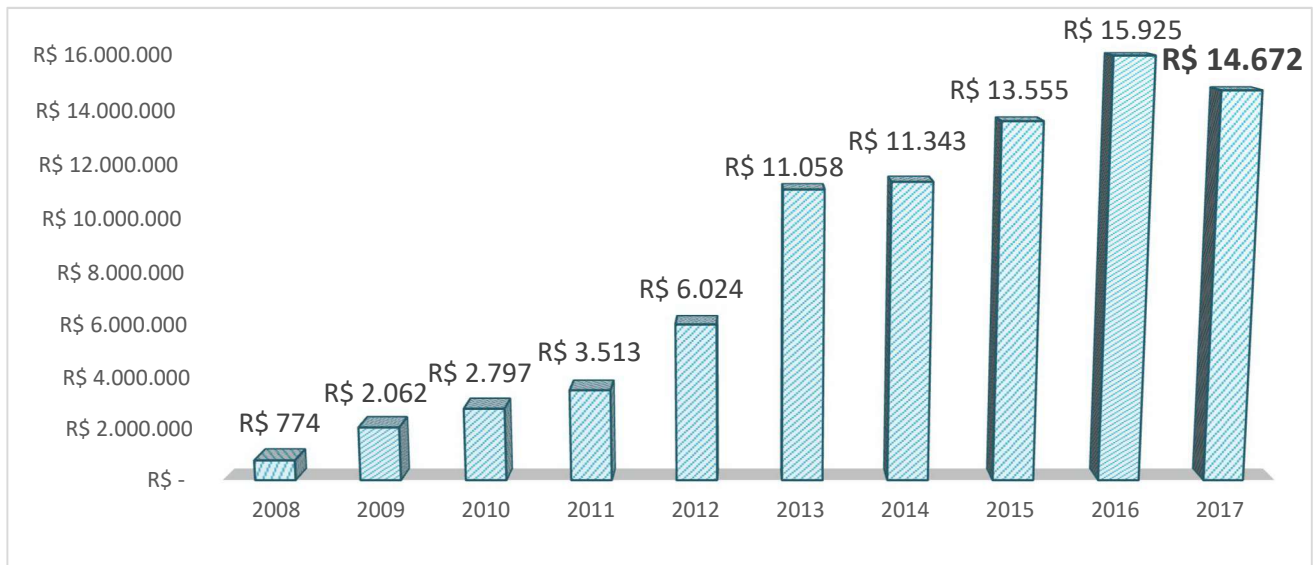
As aplicações no SICOOB GOIÁS CENTRAL alcançaram em 31/12/2017 um montante total de R\$ 31.325.234,68, o que representa um aumento de 43,46% em relação a 2016.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

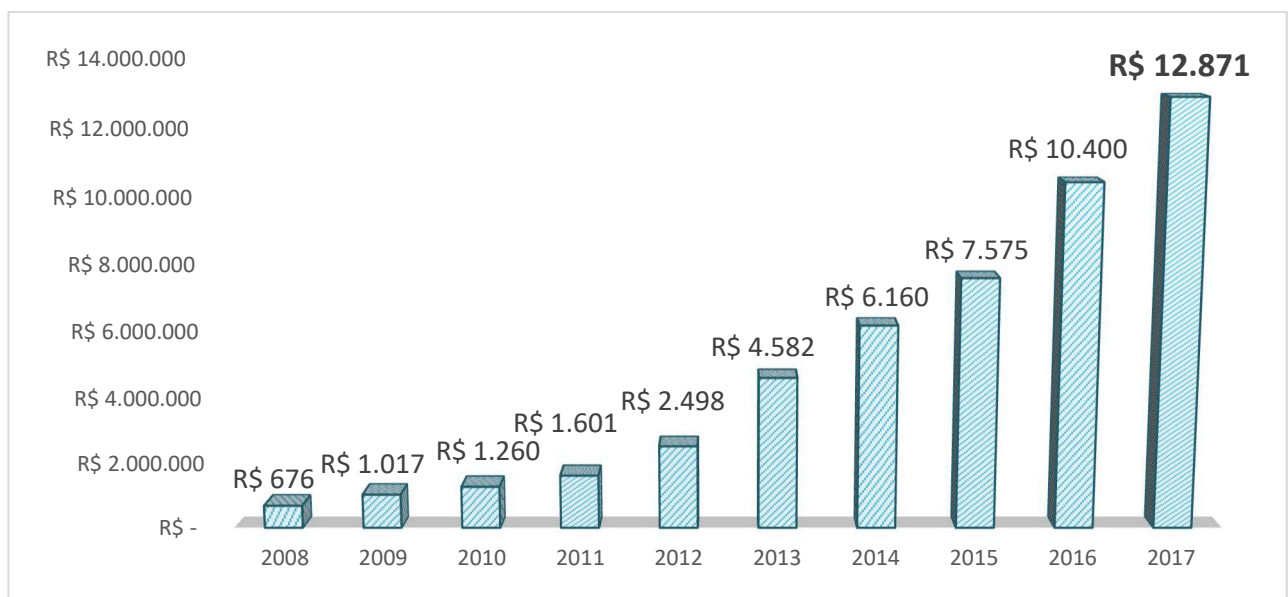
ATIVOS TOTAIS E OPERAÇÕES DE CRÉDITO

O SICOOB CREDICER encerrou o exercício de 2017, com o valor total de R\$ 14.672.127,15 em operações de crédito, demonstrando uma redução de 7,87% quando comparado ao mesmo período do ano anterior.



PATRIMÔNIO LÍQUIDO

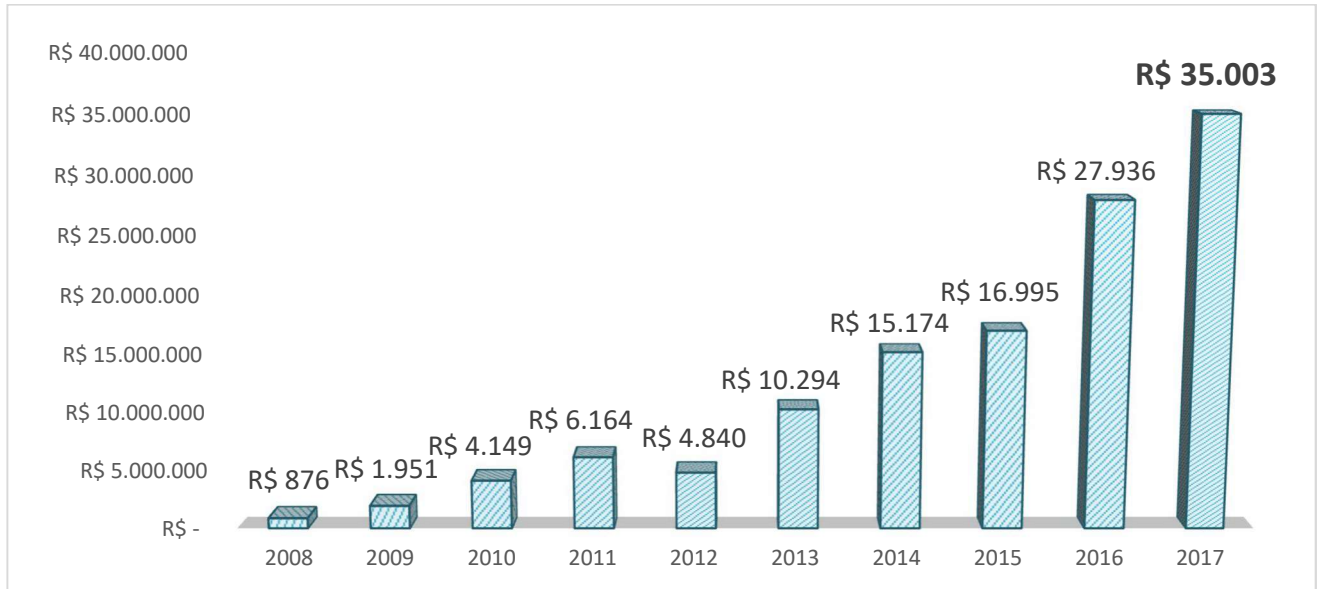
O Patrimônio Líquido, representa os recursos próprios da cooperativa e, portanto, dos cooperados, disponíveis para atender às suas necessidades de crédito, além do desenvolvimento da cooperativa. Em 2017 o valor total foi de R\$ 12.871.803,18, um acréscimo de 23,76% em relação a 2016.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

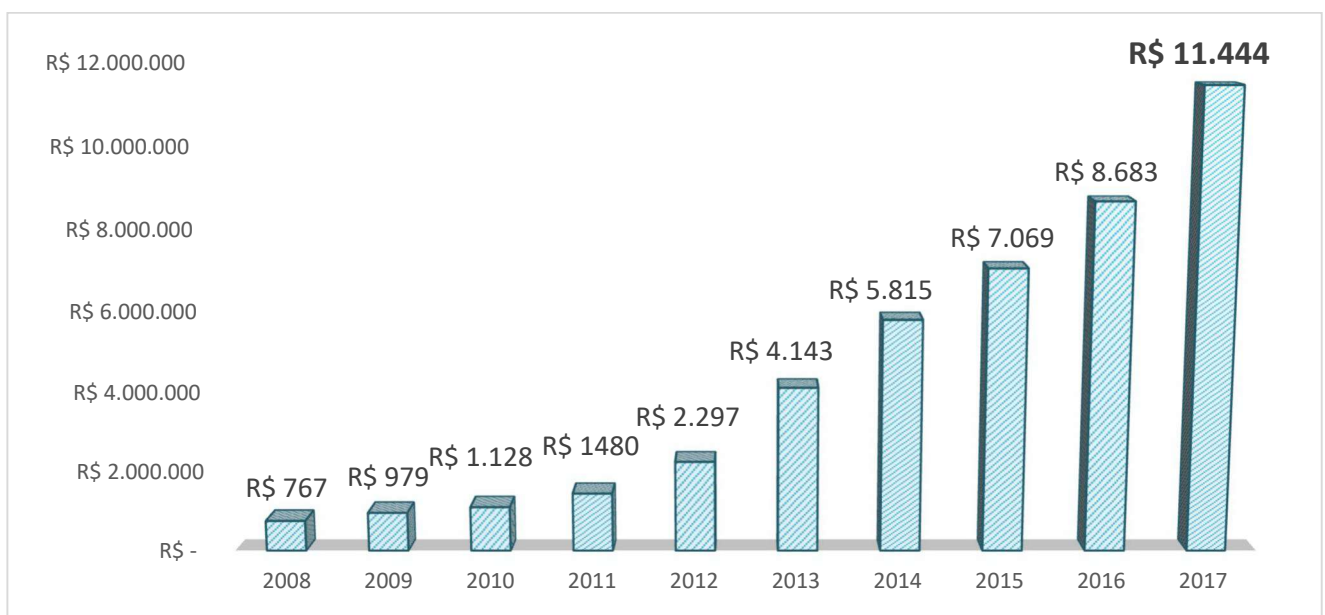
DEPÓSITOS

Os depósitos são a somatório do depósito à vista e a prazo, cujo montante em 31/12/2017 era de R\$ 35.003.033,24, registrando um crescimento de 25,29% em comparação a 2016.



CAPITAL SOCIAL

O Capital Social constituído pelas quotas dos associados, finalizou o ano de 2016 com um saldo de R\$ 8.683.490,88, consolidando no final de 2017 o valor de R\$ 11.444.662,70, expressando um acréscimo de 31,80%.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A - BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em Reais, sem centavos)

ATIVO	2017	2016
CIRCULANTE	44.500.853	35.619.564
Disponibilidades	243.797	18.590
Caixa	243.797	18.590
Relações Interfinanceiras (Nota 5)	31.325.235	21.836.252
Centralização Financeira	31.325.235	21.836.252
Operações de crédito (Nota 6)	12.372.593	13.520.913
Setor Privado	12.740.269	13.839.153
(-) Provisão para CLD	(367.676)	(318.240)
Outros Créditos (Nota 7)	546.595	241.755
Rendas a Receber	5.145	5.658
Diversos	541.450	236.097
Outros Valores e Bens (Nota 8)	12.633	2.054
Despesas Antecipadas	12.633	2.054
NÃO CIRCULANTE	3.966.312	3.299.082
Operações de crédito (Nota 6)	1.853.230	2.075.658
Setor Privado	1.931.858	2.086.089
(-) Provisão para crédito em liquidação	(78.628)	(10.431)
Investimentos (Nota 9)	1.324.259	1.125.313
Participações de Cooperativas	1.324.259	1.125.313
Imobilizado de uso (Nota 10)	783.342	63.650
Imobilizações de Uso	1.041.302	186.623
(-) Depreciação Acumulada	(257.960)	(122.973)
Intangível	5.481	34.461
Sistema Processamento de Dados - Softwares	41.036	41.036
(-) Amortização Acumulada	(35.555)	(31.498)
Fundo de Comércio	-	85.866
(-) Amortização Acumulada	-	(60.943)
TOTAL DO ATIVO	48.467.165	38.918.646

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Marcos Camargo Cardoso
 CPF: 364.152.271-49
 Diretor Administrativo

Washington Luís P. Barreto
 CPF: 026.121.931-62
 Diretor Operacional

Herbert Silva de Oliveira
 CPF: 023.345.101-30
 Contador CRC-GO 022.087/O-6

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A - BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em Reais, sem centavos)

PASSIVO + PL	2017	2016
CIRCULANTE	35.595.362	28.517.764
Depósitos (Nota 11)	35.003.033	27.936.575
Depósitos a Vista	9.104.644	7.387.772
Depósitos a Prazo	25.898.389	20.548.803
Outras Obrigações (Nota 12)	592.329	581.189
Cobrança Arrecadação de Tributos	24.097	5.932
Sociais e Estatutárias	103.756	124.434
Fiscais e Previdenciárias	113.055	139.787
Diversas	351.421	311.036
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 14)	12.871.803	10.400.882
Capital Social	11.357.954	8.670.082
Cotas - País	11.444.663	8.683.491
(-) Capital a Realizar	(86.709)	(13.409)
Reservas de Lucros	1.265.889	1.251.577
Fundo de Reserva	1.053.352	840.814
Reserva Estatutária	212.537	410.763
Sobras ou Perdas Acumuladas	247.960	479.223
Sobras do Exercício	247.960	479.223
TOTAL DO PASSIVO + PL	48.467.165	38.918.646

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Marcos Camargo Cardoso
 CPF: 364.152.271-49
 Diretor Administrativo

Washington Luís P. Barreto
 CPF: 026.121.931-62
 Diretor Operacional

Herbert Silva de Oliveira
 CPF: 023.345.101-30
 Contador CRC-GO 022.087/O-6

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

B – DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

2º SEMESTRE DE 2017 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em Reais, sem centavos)

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS	2º SEM. 2017	2017	2016
RECEITA DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.038.639	4.148.105	4.336.948
Operações de Crédito (Nota 16)	2.038.639	4.148.105	4.336.948
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(1.050.970)	(2.528.258)	(2.062.527)
Despesas com Captação (Nota 11.b)	(1.118.409)	(2.295.470)	(1.866.596)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	67.439	(232.788)	(195.931)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	987.669	1.619.847	2.274.421
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	(168.648)	(15.421)	83.922
Receitas de prestação de serviço	102.253	177.403	174.860
Receitas de tarifas bancárias	105.615	190.650	155.023
Despesas com pessoal	(815.662)	(1.493.973)	(1.210.032)
Despesas administrativas (Nota 17)	(688.594)	(1.345.046)	(1.006.550)
Despesas Tributárias	(7.887)	(15.884)	(5.457)
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	1.346.643	2.698.807	2.064.786
Outras receitas operacionais	-	20.724	-
Outras despesas operacionais (Nota 18)	(211.016)	(248.102)	(88.708)
RESULTADO OPERACIONAL	819.021	1.604.426	2.358.343
Resultado não Operacional (Nota 19)	107.804	124.861	121.225
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	926.825	1.729.287	2.479.568
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	-
RESULTADO ANTES DOS JUROS AO CAPITAL	926.825	1.729.287	2.479.568
Despesas de Juros ao Capital (Nota 15)	(953.700)	(953.700)	(1.069.268)
SOBRAS ANTES DAS DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS	(26.875)	775.587	1.410.300
Constituição de Reservas Estatutárias e Legais		(425.076)	(821.526)
Constituição do FATES		(102.551)	(109.551)
SOBRAS OU PERDAS LÍQUIDAS	(26.875)	247.960	479.223

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Marcos Camargo Cardoso
CPF: 364.152.271-49
Diretor Administrativo

Washington Luís P. Barreto
CPF: 026.121.931-62
Diretor Operacional

Herbert Silva de Oliveira
CPF: 023.345.101-30
Contador CRC-GO 022.087/O-6

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

C – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em Reais, sem centavos)

C - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Histórico	RESERVAS DE SOBRAS				
	Capital Realizado	Reserva Estatuária	Fundo de Reserva	Sobras ou (Perdas)	Total
Saldo no início do período: 01.01.2016	6.832.696	144.303	430.051	168.353	7.575.403
Outras movimentações:					
- Distribuição de sobras	-	-	-	(3.260)	(3.260)
Aumento de Capital:					
- Por subscrição realizada	557.014	-	-	-	557.014
- Por incorporação de juros ao capital	970.976	-	-	-	970.976
- Com sobras e reservas	309.396	(144.303)	-	(165.093)	-
Sobras ou perdas do exercício	-	-	-	1.410.300	1.410.300
Destinações propostas pela administração:					
- Formação do fundo de reserva	-	-	410.763	(410.763)	-
- Formação da reserva estatutária	-	410.763	-	(410.763)	-
- Destinação FATES	-	-	-	(109.551)	(109.551)
Saldo em 31.12.2016	8.670.082	410.763	840.814	479.223	10.400.882
Mutações no Período	1.837.386	266.460	410.763	310.870	2.825.479
Saldo no início do período: 01.01.2017	8.670.082	410.763	840.814	479.223	10.400.882
Outras movimentações:					
- Distribuição de sobras	-	-	-	(936)	(936)
Aumento de Capital:					
- Por subscrição realizada	903.019	-	-	-	903.019
- Por incorporação de juros ao capital	895.803	-	-	-	895.803
- Com sobras e reservas	889.050	(410.763)	-	(478.287)	-
Sobras ou perdas do exercício	-	-	-	775.587	775.587
Destinações propostas pela administração:					
- Formação do fundo de reserva	-	-	212.538	(212.538)	-
- Formação da reserva estatutária	-	212.537	-	(212.537)	-
- Destinação FATES	-	-	-	(102.552)	(102.552)
Saldo em 31.12.2017	11.357.954	212.537	1.053.352	247.960	12.871.803
Mutações no Período	2.687.872	(198.226)	212.538	(230.327)	2.471.857

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Marcos Camargo Cardoso
 CPF: 364.152.271-49
 Diretor Administrativo

Washington Luís P. Barreto
 CPF: 026.121.931-62
 Diretor Operacional

Herbert Silva de Oliveira
 CPF: 023.345.101-30
 Contador CRC-GO 022.087/O-6

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

D – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

2º SEMESTRE DE 2017 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em Reais, sem centavos)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2º SEM. 2017	2017	2016
Sobras/(perdas) líquidas antes dos tributos e após juros ao capital	(26.875)	775.587	1.410.300
Ajustes às sobras/perdas líquidas: (não afetaram o caixa)	(12.418)	310.890	225.876
Provisão para operações de crédito	(67.439)	232.788	195.931
Despesas de depreciação e amortização	55.021	78.102	29.945
Variações patrimoniais:	1.883.384	7.900.139	7.690.815
Relações interdependências	-	-	(10.420)
Operações de crédito	282.579	1.137.960	(2.616.591)
Outros créditos	(21.745)	(304.840)	(168.985)
Outros valores e bens	(6.562)	(10.579)	(154)
Depósitos	1.580.704	7.066.458	10.941.481
Outras obrigações	48.408	11.140	(454.516)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.844.091	8.986.616	9.326.991
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de investimentos	(148.329)	(198.946)	(319.482)
Aquisição de imobilizado de uso	(457.081)	(768.814)	(25.716)
Aplicação no intangível	-	-	(1.100)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(605.410)	(967.760)	(346.298)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento/(redução) de capital	517.440	903.019	557.014
Incorporação de juros ao capital	895.803	895.803	970.976
Distribuição de sobras	-	(936)	(3.260)
Destinação ao FATES	(71.917)	(102.552)	(109.551)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	1.341.326	1.695.334	1.415.179
AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.580.007	9.714.190	10.395.872
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	28.989.025	21.854.842	11.458.970
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício (Nota 4)	31.569.032	31.569.032	21.854.842
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.580.007	9.714.190	10.395.872

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Marcos Camargo Cardoso
 CPF: 364.152.271-49
 Diretor Administrativo

Washington Luís P. Barreto
 CPF: 026.121.931-62
 Diretor Operacional

Herbert Silva de Oliveira
 CPF: 023.345.101-30
 Contador CRC-GO 022.087/O-6

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para os Exercícios findos em 31.12.2017 de 2017 e 2016
(Valores expressos em Reais, sem centavos)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE CERES E RIALMA LTDA - SICOOB CREDICER** é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **27/05/2008**, filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA – SICOOB GOIÁS CENTRAL** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB CREDICER** possui **1** Posto de Atendimento (PA) localizado em **HIDROLINA – GO**.

O **SICOOB CREDICER** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são:

CPC n.º	Assunto	Resolução CMI
00 – R1	Estrutura Conceitual Básica	4.144/2012
01 – R1	Redução ao valor recuperável de ativos	3.566/2008
03 – R2	Demonstração dos Fluxos de Caixa	3.604/2008
05 – R1	Divulgação das Partes Relacionadas	3.750/2009
10 – R1	Pagamento Baseado em Ações	3.989/2011
23	Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erros	4.007/2011
24	Eventos Subsequentes	3.973/2011
25	Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/2009
33	Benefícios a Empregados	4.424/2015

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB GOIÁS CENTRAL** e ações do **BANCOOB**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos, de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, conforme art. 182 do mesmo Decreto.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de Dezembro de 2017** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de Dezembro de 2017**.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e depósitos bancários	243.797	18.590
Relações interfinanceiras – centralização financeira	31.325.235	21.836.252
TOTAL	31.569.032	21.854.842

5. Relações interfinanceiras

Em **31 de Dezembro** de **2017** e **2016**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Centralização Financeira - Cooperativas	31.325.235	21.836.252

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB GOIÁS CENTRAL**, conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2017			31/12/2016
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	54.328	-	54.328	94.144
Empréstimos	4.474.693	1.052.406	5.527.099	6.246.785
Títulos Descontados	5.822.573	6.199	5.828.772	6.135.131
Financiamentos	2.388.675	873.253	3.261.928	3.449.183
(-) Provisões para Operações de Crédito	(367.676)	(78.628)	(446.304)	(328.670)
TOTAL	12.372.593	1.853.230	14.225.823	15.596.573

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	A.D / Ch. Especial / Conta Garantida	Financ.	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016
A	0,5%	Normal	2.554.580	3.322	212.826	2.770.728	(13.854)	3.820.799	(19.104)
B	1%	Normal	2.540.679	22.579	371.143	2.934.401	(29.344)	6.407.882	(64.079)
B	1%	Vencidas	73.186	-	-	73.186	(731)	-	-
C	3%	Normal	5.449.031	440.338	2.405.742	8.295.110	(248.853)	4.868.489	(146.055)
C	3%	Vencidas	-	-	33.451	33.451	(1.004)	228.080	(6.843)
D	10%	Normal	72.148	71.103	5.060	148.311	(14.831)	174.355	(17.436)
D	10%	Vencidas	-	-	-	-	-	270.432	(27.043)
E	30%	Normal	-	33.734	892	34.626	(10.388)	36.902	(11.070)
E	30%	Vencidas	95.884	7.961	219.874	323.718	(97.116)	111.078	(33.323)
F	50%	Normal	2.093	-	-	2.093	(1.046)	6.706	(3.353)
F	50%	Vencidas	39.911	-	12.940	52.852	(26.426)	-	-
G	70%	Normal	-	3.133	-	3.133	(2.193)	521	(364)
H	100%	Normal	-	517	-	517	(517)	-	-
Total Normal			10.618.531	574.726	2.995.663	14.188.920	(321.027)	15.315.653	(261.461)
Total Vencidos			208.981	7.961	266.265	483.207	(125.277)	609.590	(67.209)
Total Geral			10.827.512	582.687	3.261.928	14.672.127	(446.304)	15.925.243	(328.670)
Provisões			(259.364)	(35.782)	(151.158)	(446.304)		(328.670)	
Total Líquido			10.568.148	546.905	3.110.770	14.225.823		15.596.573	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	2.023.531	1.922.803	1.052.405	4.998.739
Financiamentos	423.916	1.964.758	873.254	3.261.928
TOTAL	2.447.447	3.887.561	1.925.659	8.260.667

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	31/12/2017	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	46	203.194	220.268	423.508	3%
Setor Privado - Serviços	158.395	3.466.404	1.791.339	5.416.138	37%
Pessoa Física	424.246	4.475.001	3.817.165	8.716.412	59%
Outros	-	116.069	-	116.069	1%
TOTAL	582.687	8.260.668	5.828.772	14.672.127	100%

e) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Devedor	1.419.937	10,00%	1.221.631	8,00%
10 Maiores Devedores	6.518.234	44,00%	6.810.253	43,00%
50 Maiores Devedores	12.048.554	82,00%	13.177.972	83,00%

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	(328.670)	(379.577)
(Constituições)/Reversões	(232.788)	(195.931)
Transferências para prejuízo	115.154	246.838
TOTAL	(446.304)	(328.670)

g) Movimentação de Créditos Baixados como Prejuízo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	1.220.428	1.382.790
Valor das operações transferidas no período	115.154	246.838
Valor das operações recuperadas no período	(335.942)	(409.200)
TOTAL	999.640	1.220.428

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2017	31/12/2016
Rendas a Receber	5.145	5.658
Diversos	541.450	236.097
Adiantamentos por conta de Imobilizações (a)	485.468	225.048
Impostos e Contribuições a Compensar	1.567	-
Títulos e Créditos a Receber	8.304	8.176
Devedores Diversos – País	46.111	2.873
TOTAL	546.595	241.755

(a) O saldo refere-se ao custo da aquisição do Data Center (Projeto Inova TI), ainda não finalizado, cuja utilização será compartilhada pelas cooperativas do Sicoob Goiás Central. Após a conclusão, o valor será transferido para o grupo Imobilizado de Uso, quando passará a ser depreciado.

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas Antecipadas	12.633	2.054

Representam o saldo dos prêmios do seguro patrimonial e de numerários da cooperativa, que serão apropriadas no exercício seguinte.

9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB GOIÁS CENTRAL** e ações do **BANCOOB**.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Participações em cooperativa central de crédito	1.184.117	1.004.853
Participações inst financ controlada coop crédito	140.141	120.459
TOTAL	1.324.259	1.125.313

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Taxa Depreciação
Instalações	365.980	21.643	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(98.295)	(12.508)	
Móveis e equipamentos de Uso	407.593	89.975	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	(74.342)	(51.574)	
Sistema de Comunicação	5.760	1.620	20%
Sistema de Processamento de Dados	188.035	50.995	10%
Sistema de Segurança	73.935	22.390	10%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	(85.324)	(58.891)	
TOTAL	783.342	63.650	

11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de *pro rata temporis*; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e

registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Depósito à Vista	9.104.645	7.387.772
Depósito a Prazo	25.898.389	20.548.803
TOTAL	35.003.033	27.936.575

Os depósitos até o limite de R\$ 250.000,00 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por Estatuto Social próprio e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constituído conforme Resolução CMN nº 4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Depositante	5.555.905	16,00%	5.268.803	19,00%
10 Maiores Depositantes	20.921.528	60,00%	18.517.472	67,00%
50 Maiores Depositantes	27.358.898	79,00%	24.094.278	87,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2017	2016
Despesas de Depósitos a Prazo	(2.243.611)	(1.832.789)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(51.859)	(33.807)
TOTAL	(2.295.470)	(1.866.596)

12. Outras Obrigações

Descrição	2017	2016
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	24.097	5.933
Sociais e Estatutárias	103.756	124.434
Fiscais e Previdenciárias	113.055	139.787
Negociação e Intermediação de Valores	5	5
Diversas	351.416	311.031
TOTAL	592.329	581.189

12.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Resultado de Atos com Associados	72.040	93.135
Cotas de Capital a Pagar	31.716	31.300
TOTAL	103.756	124.434

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

12.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias estão assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Impostos e contribuições a recolher	113.055	139.787

12.3 Diversas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	15.642	7.613
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	60.169	33.202
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	194.423	74.047
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	12.129	3.802
Credores Diversos – País	69.054	192.368
TOTAL	351.416	311.031

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas administrativas da cooperativa.

(b) Refere-se à contabilização, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **31 de Dezembro de 2017**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 686.676 (R\$ 457.784 em **31/12/2016**), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

13. Instrumentos financeiros

O **SICOOB CREDICER** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

14. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social	11.357.954	8.670.082
Associados	1.019	672

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 30%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Reserva Estatutária – Fundo para Aumento do Capital

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 30%, utilizada para futuro aumento do capital social da cooperativa, conforme alínea III, artigo 27, do Estatuto Social.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 08/04/2017, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com as sobras do exercício findo em **31 de Dezembro de 2016**, no valor de R\$ 479.223 (Quatrocentos e setenta e nove mil, duzentos e vinte e três reais).

e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2017	2016
Resultado do Exercício	775.587	1.410.300
(-) Reversão para o FATES - Resultado com não Associados	(67.129)	(41.091)
(=) Base de cálculo das destinações	708.458	1.369.209
(-) F.A.T.E.S (Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social)	(35.423)	(68.460)
(-) Fundo de reserva	(212.538)	(410.763)
(-) Fundo para aumento de capital	(212.537)	(410.763)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	247.960	479.223

15. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

16. Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	2017	2016
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	332.042	381.429
Rendas de Empréstimos	1.681.364	1.579.486
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	1.472.584	1.516.921
Rendas de Financiamentos	622.092	746.815
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	40.023	112.297
TOTAL	4.148.105	4.336.948

17. Outras Despesas Administrativas

Descrição	2017	2016
Despesas de água, energia e gás	(40.155)	(36.687)
Despesas de alugueis	(23.973)	(19.287)
Despesas de comunicações	(53.486)	(37.141)
Despesas de material	(28.910)	(9.205)
Despesas de processamento de dados	(121.004)	(46.301)
Despesas de promoções e relações públicas	(126.352)	(9.111)
Despesas de propaganda e publicidade	(29.734)	(22.416)
Despesas de publicações	(335)	(750)
Despesas de seguros	(13.806)	(7.633)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(165.879)	(329.937)
Despesas de serviços de terceiros	(87.787)	(32.026)
Despesas de serviços de vigilância e segurança	(4.200)	(3.800)
Despesas de serviços técnicos especializados	(29.535)	(14.393)
Despesas de transporte	(112.274)	(41.682)
Despesas de viagem no país	(18.173)	(7.728)
Outras despesas administrativas	(97.009)	(44.583)
Despesas com rateio da Central	(314.331)	(313.926)
Despesas de amortização e depreciação	(78.102)	(29.945)
Total	(1.345.046)	(1.006.550)

18. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	2017	2016
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	(168.116)	(23.906)
Imposto de Renda Sobre Lucro Líquido e Contribuição Social	(21.391)	(14.955)
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(682)	(338)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	(1.304)	(744)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	(1.219)	(832)
Contrib. ao Fundo Tecnologia da Informação	(25.997)	(29.757)
Despesas de Provisões Passivas	(16.945)	-
Despesas de Provisões Operacionais	-	(3.098)
Outras Despesas Operacionais	(12.448)	(15.078)
TOTAL	(248.102)	(88.708)

19. Resultado não operacional

Descrição	2017	2016
Ganhos de Capital	128.883	124.152
Outras Rendas não Operacionais	179	1.190
(-) Perdas de Capital	(4.201)	(4.117)
Resultado Líquido	124.861	121.225

20. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Descrição	Valor da Operação de Crédito	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Diretoria Executiva e Conselho de Administração	809.678	5,52%
Conselho Fiscal	68.642	0,47%
Gerentes	46.219	0,32%

Descrição	Provisões	% da Provisão de Risco em Relação à Provisão Total
Diretoria Executiva e Conselho de Administração	20.437	4,58%
Conselho Fiscal	1.720	0,39%
Gerentes	462	0,10%

Descrição	Depósitos	% dos Depósitos em Relação ao Total Depositado
Diretoria Executiva e Conselho de Administração	741.489	2,12%
Conselho Fiscal	404.260	1,15%
Gerentes	28.594	0,08%

Descrição	Capital Social	% em Relação ao Total do Capital Integralizado
Diretoria Executiva e Conselho de Administração	924.475	8,08%
Conselho Fiscal	317.026	2,77%
Gerentes	25.261	0,22%

No exercício de **2017** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, cédulas de presença e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2017 (R\$)	
Honorários	(402.876)
Encargos Sociais	(79.710)
Plano de Saúde	(6.311)

21. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE CERES E RIALMA LTDA - SICOOB CREDICER**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA - SICOOB GOIÁS CENTRAL**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB GOIÁS CENTRAL** é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB GOIÁS CENTRAL** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDICER responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB GOIÁS CENTRAL perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o **SICOOB GOIÁS CENTRAL**:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Ativo		
Centralização Financeira	31.325.235	21.836.252
Investimentos	1.184.117	1.004.853

Os auditores independentes responsáveis pelo exame das demonstrações contábeis do SICOOB GOIÁS CENTRAL, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, emitiram relatório de auditoria datado de 15 de fevereiro de 2018, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

22. Gerenciamento de Risco

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN n.º .3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no Sicoob Confederação, a Superintendência de Gestão de Risco e Capitais, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

22.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

22.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do **SICOOB CREDICER** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.464/2007 e artigo 8 Resolução CMN 4.090/2012, o **SICOOB CREDICER** aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência ao modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, o **SICOOB CREDICER** possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de liquidez da entidade.

22.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito do **SICOOB CREDICER** objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN nº 3.721/2009, o **SICOOB CREDICER** aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Sicoob Confederação (Sicoob), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o **SICOOB CREDICER** possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

22.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do **SICOOB CREDICER** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está

exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, o **SICOOB CREDICER** aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
- c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

23. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Reconhecemos a exatidão das presentes demonstrações contábeis, cujo Balanço Patrimonial soma em seu Ativo e Passivo a importância de R\$ 48.467.165 (Quarenta e Oito Milhões Quatrocentos e Sessenta e Sete mil e Cento e Sessenta e Cinco Reais).

CERES-GO, 31 de Dezembro de 2017

Marcos Camargo Cardoso
CPF: 364.152.271-49
Diretor Administrativo

Washington Luis Pereira Barreto
CPF: 026.121.931-62
Diretor Operacional

Herbert Silva de Oliveira
CPF: 023.345.101-30
Contador CRC-GO 022.087/O-6

PARECER DO CONSELHO FISCAL

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE CERES E RIALMA LTDA
CNPJ: 09.576.849/0001-82
Número de identificação do registro de empresas – NIRE: 52400011479
Endereço: Avenida Brasil nº 703-B Qd. 18-B Lt. 18-B – Centro – Ceres-GO
CEP. 76.300-000


De acordo com a documentação analisada durante o ano de 2017 e conforme o Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis relativo ao exercício findo em 31/12/2017, datado de 28 de março de 2018, este conselho emitiu o seguinte parecer:

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE CERES E RIALMA LTDA – CREDICER**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Sobras ou Perdas, complementadas por notas explicativas, Relatório dos Auditores Independentes e demais documentos integrantes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, com sobras líquidas no valor de R\$ 247.960,48 (duzentos e quarenta e sete mil novecentos e sessenta reais e quarenta e oito centavos), decorrente da implementação de ações previstas no Plano de Negócios elaborado pela Central, inclusive no que se refere ao cumprimento de metas previstas no referido plano.

Baseado nos exames efetuados, e nas informações suplementares obtidas junto à contabilidade e Diretoria Executiva, este Conselho Fiscal é de parecer que as contas apresentadas representam a situação Patrimonial e Financeira da CREDICER.

Ceres/Go, 04 de abril de 2018



Valdivino Cordeiro de Andrade
Coordenador

Vanderlei da Costa
Secretário

Bruno César
Conselheiro

PARECER DA AUDITORIA EXTERNA

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Ceres e Rialma Ltda. – Sicoob Credicer
Ceres/GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Ceres e Rialma Ltda. – Sicoob Credicer, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Credicer em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis do Sicoob Credicer para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 19 de janeiro de 2017 com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis e com parágrafo de ênfase acerca da existência de grupo econômico com operações de crédito equivalentes a 17,79% do Patrimônio de Referência da cooperativa.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório Anual da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório Anual da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório Anual da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório Anual da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- ✦ Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- ✦ Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- ✦ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- ✦ Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir

modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- ✦ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 28 de março de 2018.



Nestor Ferreira Campos Filho
Contador CRC DF – 013421/O-9
CNAI 1727